



ID: 112828311

28-08-2024



FRANCISCO SIMÕES (*)

VÊ-LOS PARTIR?

Este foi aquele fim de semana em que se começou a desenhar o futuro para vários jovens deste país, muitos deles açorianos. Para quem observa, banalizou-se a partilha dos resultados do concurso de acesso ao ensino superior, nas mais variadas redes sociais. Os pais não contêm a euforia, para depois parecerem aturdidos com o que aí vem. Não se trata, porém, de qualquer banalidade. A chegada ao ensino superior significou vários sacrifícios para estas famílias, num exercício de superação que para muitas delas está ainda a começar. Parabéns a todos, em especial aos principais protagonistas, os jovens, que agora iniciam um percurso que se espera não só de sucesso, mas

sobretudo de abertura a diferentes formas de olhar o mundo e os seus desafios.

A torrente de alegrias partilhadas entre amigos e conhecidos, por estes dias, é sinal de uma tendência assinalável, mas pouco valorizada. Nas últimas décadas, o acesso e a conclusão do ensino superior em Portugal acelerou como em nenhum outro país da União Europeia. A título de exemplo, entre 2012 e 2021, em nenhum outro país desse espaço comum aumentou tanto o número de pessoas com formação superior entre os 30 e os 34 anos. As projeções são, de resto, unânimes, indicando que tais progressos apenas acelerarão nos próximos anos. Essa conquista coloca novos problemas,

incluindo os riscos de sobrequalificação, a incapacidade de os salários acompanharem o ritmo de crescimento das qualificações e, consequentemente, a possibilidade do nosso melhor talento emigrar.

As regiões periféricas são especialmente afetadas por estes riscos. Nos Açores, criar condições de retorno dos que saem ou de outros que, obtendo o seu diploma, queiram por aqui estabelecer-se requer políticas públicas de fundo. Recentemente, o Governo dos Açores lançou o pacote + Jovem, procurando cumprir esse desiderato por via de incentivos salariais. Sendo muito mais do que se tem feito, neste domínio, medidas desta natureza carecem de um enquadramento mais

vasto, que inclua um sistema de monitorização dos jovens que saem da região, mecanismos de contacto recorrente, através de fóruns, conferências e ajuda à sua organização associativa fora dos Açores e definição de canais para a sua participação cívica nas matérias na agenda política regional – que não necessariamente os previsíveis caminhos das juventudes partidárias. E tudo isto com um custo residual para os benefícios que poderão ser obtidos. De outro modo, recorrendo apenas aos incentivos financeiros, resignemo-nos a vê-los partir.

(*) Investigador Auxiliar e Centro de Investigação e Intervenção Social – Iscte